

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.335 - GO (2019/0358305-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : MARCELO XAVIER PRETO (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDO LÍVIO BUENO - GO024939
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARCELO XABIER PRETO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do HC n. 5563339.95.2019.8.09.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 13/9/2013 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo o desembargador relator deferido a liminar para revogar a custódia, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas (fls. 39/42).

Todavia, ao analisar o mérito da impetração, a Corte Estadual denegou a ordem, cassando a liminar, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. CONVERSÃO EM PREVENTIVA. AUSÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. MERA IRREGULARIDADE. NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. ILEGALIDADE AFASTADA.

I - A ausência da audiência de custódia não configura a ilegalidade da prisão cautelar do paciente, a providência foi instituída por resolução administrativa, sem a previsão no Código de Processo Penal, não regida pelas Leis das Nulidades, principalmente respeitados os direitos e as garantias previstos pela Constituição Federal, viabilizado o controle do ato, afastando a irregularidade da medida extrema.

II - Não expõe ilegalidade, a custódia cautelar do paciente, decorrente do flagrante delito convertido em preventiva, pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado pelo art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, demonstrada a sua real necessidade, pela intensidade da difusão ilícita de substância entorpecente, exposta a perigosidade social da conduta, fundamentado o convencimento na correspondência com o art. 312, do Código de Processo Penal, não cedendo a predados

Superior Tribunal de Justiça

pessoais. *ORDEM DENEGADA* (fls. 73/74).

No presente recurso, alega a desnecessidade da prisão preventiva, salientando que após o deferimento da liminar, vinha cumprindo regularmente as medidas cautelares aplicadas por mais de 1 mês. Ressalta que até o presente momento sequer foi oferecida denúncia, não havendo, portanto, certeza da autoria delitiva.

Afirma que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição de contramando de prisão.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e com o envio de senha para acesso ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator